



Seção VII

Dos Defensores Públicos do Estado

Art. 41 - Os Defensores Públicos do Estado constituem órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, desempenhando as atribuições a eles inerentes.

Art. 42 - Aos Defensores Públicos do Estado incumbe, genericamente, o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses daqueles juridicamente necessitados, competindo-lhes especialmente:

I – atender às partes e aos interessados;

II – propor a ação penal privada nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;

III – tentar a conciliação das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

IV – defender os acusados em processo disciplinar;

V – exercer a função de curador especial de que tratam os códigos de Processo Penal e de Processo Civil, salvo quando a Lei a atribuir especificamente a outrem;

VI – postular a concessão da gratuidade de justiça e o patrocínio da Defensoria Pública do Estado do Paraná mediante comprovação do estado de pobreza por parte do interessado;

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



VII – exercer a função de curador nos processos em que ao Juiz competir à nomeação, inclusive a de procurador à lide do interditando, quando a interdição for pedida pelo órgão do Ministério Público do Estado do Paraná e na Comarca não houver tutor judicial;

VIII – acompanhar, comparecer aos atos processuais assídua e pontualmente, e impulsionar os processos, providenciando para que os feitos tenham a sua tramitação normal, utilizando-se de todos os meios processuais cabíveis;

IX – sustentar, quando necessário, nos Tribunais, oralmente, ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública do Estado da Paraná;

X – exercer a função de defensor do vínculo matrimonial em qualquer grau de jurisdição;

XI – atender e orientar as partes e interessados em locais e horários pré-estabelecidos;

XII – interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover revisão criminal quando cabível;

XIII – defender no processo criminal os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis;

XIV – requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário;

XV – requerer o arbitramento e o recolhimento ao Fundo Próprio da Defensoria Pública do Estado do Paraná dos honorários advocatícios, quando devidos;

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



XVI – requerer o acolhimento ou a internação de crianças e adolescentes em situação de abandono ou situação de risco;

XVII – impetrar *habeas corpus*;

XVIII – diligenciar as medidas necessárias ao assentamento do registro civil de nascimento das crianças e adolescentes;

XIX – funcionar por designação do Defensor Público-Geral a pedido do Juiz em ações penais, na hipótese do não comparecimento do advogado constituído;

XX – representar ao Ministério Público do Estado do Paraná, em caso de tortura e maus tratos à pessoa do defendendo;

XXI – participar, com direito de voz e voto, do Conselho Penitenciário;

XXII – certificar a autenticidade de cópias de documentos necessários à instrução de processo administrativo ou judicial, à vista da apresentação dos originais.

§1º Aos Defensores Públicos do Estado incumbem também a defesa dos direitos dos consumidores destinatários de suas atribuições institucionais, que se sentirem lesados na aquisição de bens e serviços.

§2º A Defensoria Pública do Estado do Paraná deverá manter Defensores Públicos do Estado nos estabelecimentos penais sob administração do Estado do Paraná, para atendimento permanente aos presos e internados juridicamente necessitados. Competirá à administração do estabelecimento penal divulgar amplamente os dias e horários de expediente, no local, dos Defensores Públicos do Estado, reservar-lhes instalações adequadas ao seu trabalho, fornecer-lhes apoio administrativo, prestar-

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



lhes informações e assegurar-lhes o acesso à documentação sobre os presos e internados, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista com os Defensores Públicos do Estado.

Seção VIII

Dos Órgãos Auxiliares

Art. 43 - São órgãos auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Paraná:

I – a Escola da Defensoria Pública do Estado;

II – a Coordenadoria-Geral de Administração;

III – a Coordenadoria de Planejamento;

IV – a Coordenadoria de Comunicação;

V – a Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

VI – os Centros de Atendimento Multidisciplinar;

VII – os Assessores Jurídicos;

VIII – os Estagiários.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 44 - A estrutura e atribuições das unidades internas dos órgãos auxiliares serão fixadas por ato do Defensor Público-Geral do Estado.

Subseção I

Da Escola da Defensoria Pública do Estado

Art. 45 - A Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, competindo-lhe:

- I - promover a atualização profissional e os aperfeiçoamentos técnicos dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- II - promover a capacitação funcional dos membros e servidores, necessária ao exercício de cargos de coordenação, notadamente para a incorporação de técnicas de gestão, administração, relacionamento interpessoal e liderança;
- III - editar revistas e boletins periódicos de conteúdo multidisciplinar visando à divulgação de estudos, artigos e pesquisas de interesse institucional;
- IV - manter intercâmbios e convênios com instituições de ensino, órgãos públicos e entidades cuja atuação guarde afinidade com as atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, inclusive com órgãos de ensino e formação das demais carreiras jurídicas;



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



V - manter biblioteca atualizada, efetuando o tombamento e classificação de livros, revistas, impressos, documentos, arquivos eletrônicos e eletromagnéticos que componham seu acervo;

VI - disponibilizar aos membros, estagiários e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por meio da "internet" ou outro instrumento eletrônico, ferramentas de pesquisa e espaço para troca de informações;

VII - promover a rápida e constante atualização dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná em matéria legislativa, doutrinária e jurisprudencial de interesse dos serviços;

VIII - realizar pesquisas e estudos bibliográficos solicitados pelos órgãos de execução, relacionados ao desempenho de suas atividades;

IX - custear integralmente as despesas de membros e servidores relativas à participação nas atividades que promover;

X - custear, integral ou parcialmente, as despesas de membros e servidores relativas à participação em eventos promovidos por outros órgãos de natureza científica e acadêmica que propiciem a atualização e aperfeiçoamentos profissionais;

XI - participar da organização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado;

XII - promover o curso de preparação à carreira, destinado aos Defensores Públicos do Estado em estágio probatório;

XIII - incentivar a participação dos Defensores Públicos do Estado nos conselhos municipais, estaduais e comunitários que tenham atuação em matéria correlata;

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacyr Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



XIV - auxiliar o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado na fixação de parâmetros mínimos de qualidade para atuação dos Defensores Públicos do Estado;

XV - organizar encontro anual dos Defensores Públicos do Estado para a definição de teses institucionais, que deverão ser observadas por todos os membros da Carreira, constituindo parâmetros mínimos de qualidade para atuação;

XVI - acompanhar e avaliar a qualidade das atividades executadas pelos Defensores Públicos do Estado em estágio probatório, enviando relatórios individuais ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

XVII - promover, juntamente com as Defensorias Públicas do Estado do Paraná e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado, cursos de difusão e conscientização dos Direitos Humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico e editar cartilhas e livros no mesmo sentido.

Art. 46 - O Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado será indicado pelo Defensor Público-Geral do Estado dentre os membros da Carreira de Defensor Público do Estado ou do Grupo Ocupacional Superior com graduação em Direito.

Parágrafo único: O cargo de que trata o *caput* desse artigo será exercido por mandato de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Art. 47 - A estrutura administrativa da Escola da Defensoria Pública do Estado, conforme Anexo III desta Lei Complementar, será composta ao menos por:

I - 01 (um) Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado;

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



II – 01 (um) Cargo superior com graduação em Secretariado Executivo;

Subseção II

Da Coordenadoria-Geral de Administração

Art. 48 - A Coordenadoria-Geral de Administração é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, vinculado diretamente ao Defensor Público-Geral do Estado, cabendo-lhe prestar serviços nas áreas de gestão orçamentária e financeira, planejamento, patrimônio, infra-estrutura material, pessoal, recursos humanos, transportes, comunicações administrativas, serviços gerais e qualidade dos serviços prestados.

Art. 49 - A Coordenadoria-Geral de Administração será composta por:

I - Departamento de Recursos Humanos;

II - Departamento Financeiro;

III - Departamento de Infra-estrutura e Materiais;

IV - Departamento de Apoio Técnico;

V - Departamento de Qualidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná;

VI - Departamento de Sistema Integrado de Informações;

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



VII – Departamento Jurídico-administrativo.

Art. 50 - As Defensorias Públicas do Estado do Paraná serão dotadas de Centros de Administração, que observarão as diretrizes fixadas pela Coordenadoria-Geral de Administração, para atendimento das necessidades locais.

Art. 51 - A Coordenadoria-Geral de Administração da Defensoria Pública do Estado, conforme Anexo III desta Lei Complementar, será por uma equipe administrativa de ao menos 01 (um) Coordenador-Geral de Administração da Defensoria Pública do Estado; 01 (um) Cargo superior com graduação em Secretariado Executivo; 01 (um) Cargo superior com graduação em Administração e 02 (dois) Técnicos Administrativos:

I - Departamento de Recursos Humanos:

- a) 01 (um) Cargo superior com graduação em Administração;
- b) 02 (dois) cargos de Técnico Administrativo;
- c) 02 (dois) cargos de Técnico de Recursos Humanos.

II - Departamento Financeiro:

- a) 02 (dois) Cargo superior com graduação em Contabilidade;
- b) 02 (dois) cargos de Técnico Administrativo.

III - Departamento de Infra-estrutura e Materiais:

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



a) 02 (dois) Cargo superior com graduação em Administração;

b) 05 (cinco) cargos de Técnico Administrativo.

IV - Departamento de Apoio Técnico:

a) 04 (quatro) Cargos superiores com graduação em Contabilidade;

b) 01 (um) Cargo superior com graduação em Economia;

c) 02 (dois) cargos de Técnico Administrativo.

V - Departamento de Qualidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná;

a) 01 (um) Cargo superior com graduação em Administração;

b) 02 (dois) cargos de Técnico Administrativo.

VI – Departamento de Sistema Integrado de Informações;

a) 01 (um) Cargo superior com graduação em Estatística;

b) 01 (um) Cargo superior com graduação em Administração;

c) 02 (dois) cargos de Técnico Administrativo.

VII – Departamento Jurídico-administrativo.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



- a) 02 (dois) cargos superiores com graduação em Direito;
- b) 03 (três) cargos de Técnico Administrativo.

Subseção III

Da Coordenadoria de Planejamento

Art. 52 – A Coordenadoria de Planejamento, órgão subordinado diretamente ao Subdefensor Público-Geral do Estado, tem por atribuições, dentre outras:

I - orientar, analisar e coordenar a elaboração dos programas e orçamentos-programa da Defensoria Pública do Estado do Paraná e de suas unidades administrativas;

II - controlar, por meio de relatórios, o andamento físico-financeiro dos programas e orçamentos-programa.

Art 53 – Compete ao Subdefensor Público-Geral do Estado designar o Coordenador, dentre os integrantes da carreira, bem como os demais membros do órgão a que se refere o artigo 44 desta Lei Complementar.

Art. 54 – A Coordenadoria de Planejamento da Defensoria Pública do Estado, conforme Anexo III desta Lei Complementar, contará com equipe administrativa mínima de:

I – 01 (um) Coordenador de Planejamento;

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



II – 01 (um) Cargo superior com graduação em Administração;

III – 01 (um) Cargo superior com graduação em Contabilidade;

IV – 01 (um) Cargo superior com graduação em Economia;

V – 02 (dois) cargos de Técnico Administrativo.

Subseção IV

Da Coordenadoria de Comunicação

Art. 55 – A Coordenadoria de Imprensa, conforme Anexo III, será composta por uma equipe administrativa mínima de:

I – 01 (um) Coordenador de Comunicação;

II – 02 (dois) Cargos superiores com graduação em Jornalismo;

III – 01 (um) cargo de Técnico Administrativo.

Art. 56 – Compete à Coordenadoria de Comunicação:

I – promover e divulgar informações institucionais ao público interno e externo, por quaisquer meios de comunicação;



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



II - criar, manter e atualizar página da Defensoria Pública do Estado do Paraná na "internet";

III - viabilizar a execução, pela Escola da Defensoria Pública do Estado e pelos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado, do disposto no artigo 5º, inciso II, desta Lei Complementar.

Subseção V

Da Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Art. 57 – A Coordenadoria de Tecnologia da Informação é órgão auxiliar responsável pela informatização dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 58 – A Coordenadoria de Tecnologia da Informação, conforme Anexo III desta Lei Complementar, contará com no mínimo:

I – 01 (um) Coordenador de Tecnologia da Informação

II – 02 (dois) Cargos superiores com graduação em Informática;

III – 01 (um) Técnico em Informática;

IV – 01 (um) Técnico em Redes de Computador.

Art. 59 - Compete à Coordenadoria de Tecnologia da Informação:

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



I - elaborar e submeter à aprovação do Defensor Público-Geral do Estado plano de informatização dos serviços da instituição;

II - criar, desenvolver e implantar programas de informática e comunicação para uso dos servidores públicos lotados na Defensoria Pública do Estado do Paraná;

III - criar e manter bancos de dados sobre as atividades da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

IV - realizar a manutenção dos equipamentos de informática, inclusive com a instalação de atualizações dos sistemas de informática;

V - realizar treinamento dos Defensores Públicos do Estado e servidores no uso de equipamentos e programas informatizados;

VI - dar suporte à criação, manutenção e atualização de página da Defensoria Pública do Estado do Paraná na "internet";

VII - criar, desenvolver e manter serviço de correio eletrônico para todos os órgãos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, consoante orientação do Defensor Público-Geral do Estado;

VIII - prestar suporte na área de informática aos órgãos da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

IX - recomendar a atualização ou substituição de programas ou equipamentos de informática;

X - executar outros serviços que lhe forem atribuídos pelo Defensor Público-Geral do Estado.

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Subseção VI

Dos Centros de Atendimento Multidisciplinar

Art. 60 - Compete aos Centros de Atendimento Multidisciplinar assessorar os Defensores Públicos do Estado nas áreas relacionadas às suas atribuições.

Art. 61 - O Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital do Estado contará, conforme Anexo III desta Lei Complementar, com equipe mínima de:

I - 01 (um) Coordenador de Centro de Atendimento Multidisciplinar

II - 01 (um) Cargo superior com graduação em Secretariado Executivo;

III - 03 (três) Cargos superiores com graduação em Psicologia;

IV - 01 (um) Cargo superior com graduação em Sociologia;

V - 01 (um) Cargo superior com graduação em Psiquiatria;

VI - 04 (quatro) Cargos superiores com graduação em Serviço Social;

VII - 01 (um) Cargo superior com graduação em Medicina Clínica;

VIII - 01 (um) Cargo superior com graduação em Engenharia;

IX - 03 (três) cargos de Técnico Administrativo.

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 62 – O Centro de Atendimento Multidisciplinar das Defensorias Públicas do Interior contará, conforme Anexo III, com equipe mínima de:

I – 01 (um) Cargo superior com graduação em Psicologia;

II – 01 (um) Cargo superior com graduação em Serviço Social;

III – 01 (um) cargo de Técnico Administrativo.

Art. 63 - Para o desempenho de suas atribuições, os Centros de Atendimento Multidisciplinar poderão contar com profissionais e estagiários das áreas de psicologia, serviço social, engenharia, sociologia, estatística, economia, ciências contábeis e direito, dentre outras.

Parágrafo único: Os estagiários, auxiliares dos profissionais do Centro de Atendimento Multidisciplinar, serão submetidos à seleção e regime estabelecido por deliberação do Conselho Superior.

Art. 64 - Os Centros de Atendimento Multidisciplinar serão coordenados por Defensores Públicos do Estado designados pelo Defensor Público-Geral do Estado.

Seção IX

Dos Assessores Jurídicos da Defensoria Pública do Estado



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 65 – Os ocupantes do cargo do Grupo Ocupacional superior com graduação em Direito serão denominados Assessores Jurídicos da Defensoria Pública do Estado.

Art. 66 – Os Assessores Jurídicos da Defensoria Pública do Estado deverão auxiliar e assessorar os Defensores Públicos do Estado a realizar todas as suas atribuições, e quando lotados em órgãos administrativos realizar a assessoria jurídica de tais órgãos.

Parágrafo único: Os Assessores Jurídicos deverão ser bacharéis em Direito.

Art. 67 – Aos Assessores Jurídicos é vedado:

I – exercer consultoria, assessoramento jurídico ou advocacia fora das atribuições inerentes ao seu cargo;

II - exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Capítulo II

Das Carreiras da Defensoria Pública do Estado do Paraná

Seção I

Dos Cargos e Funções Privativas de Defensor Público do Estado

Art. 68 – A Defensoria Pública do Estado do Paraná é integrada pela Carreira de Defensor Público do Estado e pelo Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

§1º A Carreira de Defensor Público do Estado será composta das categorias de cargos efetivos necessárias ao cumprimento das suas funções institucionais, na forma desta Lei Complementar.

§2º O Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná será composta de três categorias: Grupo Ocupacional Superior, Grupo Ocupacional Intermediário e Grupo Ocupacional Básico, as quais serão subdivididas em funções a serem desenvolvidas conforme o nível de escolaridade exigida e atividades a serem exercidas.

Art. 69 – A Defensoria Pública do Estado do Paraná compreende os cargos privativos de Defensor Público do Estado, exercidos em jornada integral.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 70 – Fica instituída a Carreira de Defensor Público do Estado, composta de 03 (três) categorias, identificadas na seguinte conformidade:

- I – Defensor Público do Estado de Terceira Categoria;
- II – Defensor Público do Estado de Segunda Categoria;
- III – Defensor Público do Estado de Primeira Categoria.

Parágrafo único: O acesso aos cargos das categorias superiores da carreira dar-se-á por promoção pelos critérios, alternadamente, de antiguidade e merecimento.

Art. 71 – Fica instituído o Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, composto das funções que seguem:

- I – Grupo Ocupacional Superior.
 - a) Com graduação em Direito;
 - b) Com graduação em Informática;
 - c) Com graduação em Engenharia;
 - d) Com graduação em Contabilidade;
 - e) Com graduação em Serviço Social;
 - f) Com graduação em Psicologia;

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



- g) Com graduação em Psiquiatria;
- h) Com graduação em Sociologia;
- i) Com graduação em Biblioteconomia;
- j) Com graduação em Comunicação Social;
- k) Com graduação em Administração;
- l) Com graduação em Estatística;
- m) Com graduação em Economia;
- n) Com graduação em Secretariado Executivo.

II – Grupo Ocupacional Intermediário:

- a) Técnico em Informática;
- b) Técnico Administrativo;
- c) Técnico em Redes de Computador;
- d) Técnico em Recursos Humanos.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Parágrafo único: O acesso aos cargos das categorias, níveis e referências salariais da carreira dar-se-á por promoção pelos critérios, alternadamente, de antiguidade e merecimento, a serem definidos em regimento interno.

Art. 72 - O Defensor Público do Estado poderá ser promovido às categorias superiores da carreira e optar por permanecer no grau de jurisdição que em estiver lotado.

Art. 73 - São funções de confiança os seguintes cargos privativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná a serem exercidos exclusivamente por servidores integrantes da Carreira de Defensor Público do Estado em atividade:

I - Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado;

II - Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado;

III - Subdefensor Público-Geral do Estado;

IV - Coordenador de Defensoria Pública do Estado;

VI - Coordenador de Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado.

Art. 74 - São funções de confiança os seguintes cargos privativos de servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná em atividade:

I - Defensor Público do Estado Chefe de Gabinete;

II - Coordenador-Geral da Administração;

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



III – Coordenador de Comunicação;

IV – Coordenador de Tecnologia da Informação;

V – Coordenador de Centro de Atendimento Multidisciplinar.

Seção II

Do Ingresso na Carreira

Art. 75 – O ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, no cargo de Defensor Público de Terceira Categoria;

Art. 76 – O ingresso no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, no nível e referência inicial do Grupo Ocupacional pertinente.

Art. 77 – O concurso público para ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado e no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná será promovido pela Defensoria Pública-Geral do Estado, com validade de 01 (um) ano, prorrogável por igual período.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



§1º É obrigatória a abertura de concurso de ingresso quando o número de vagas atingir um quinto dos cargos iniciais da Carreira de Defensor Público do Estado e, facultativamente, quando o exigir o interesse da administração, observado o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§2º O concurso público poderá ser realizado por meio de entidade específica contratada ou por outros órgãos ou entidades públicas, mediante convênio, após prévia aprovação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

Art. 78 - O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado elaborará o regulamento do concurso público e o respectivo edital de inscrição, observadas as disposições desta Lei Complementar, no prazo de 30 (trinta) dias, com a aprovação do Defensor Público-Geral do Estado, que fará publicar no Diário Oficial do Estado do Paraná.

§1º O concurso público será realizado perante bancas examinadoras constituídas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

§2º O edital de abertura de inscrições no concurso público indicará, obrigatoriamente, o número de vagas nos cargos iniciais das carreiras destinadas ao provimento.

§3º Do regulamento do concurso constarão os programas das disciplinas sobre as quais versarão as provas, bem como outras disposições pertinentes à sua organização e realização.

Art. 79 - São requisitos para inscrição no Concurso Público para a Carreira de Defensor Público do Estado do Paraná:



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



I – ser bacharel em direito;

II – estar em dia com as obrigações militares;

III – estar no gozo dos direitos políticos;

IV – contar, na data da posse, 02 (dois) anos, no mínimo, de prática profissional na área jurídica, devidamente comprovada;

V – não possuir condenações criminais ou antecedentes criminais incompatíveis com o exercício das funções;

VI – não possuir condenação em órgão de classe, em relação ao exercício profissional, incompatível com o exercício das funções de Defensor Público;

VII – não possuir condenação administrativa, ou condenação em ação judicial de improbidade administrativa, incompatível com o exercício das funções de Defensor Público;

VIII – haver recolhido o valor de inscrição fixado no Edital de Abertura de Inscrições;

IX – conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital.

Art. 80 - As questões de prova compreenderão obrigatoriamente as seguintes matérias, podendo o Regulamento do concurso público incluir matérias atinentes às atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná:

a) Direito Constitucional;



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



- b) Direito Administrativo;
- c) Direito Penal;
- d) Direito Processual Penal;
- e) Criminologia;
- f) Direito Civil;
- g) Direito do Consumidor;
- h) Direito Processual Civil;
- i) Direitos Difusos e Coletivos;
- j) Direito da Criança e do Adolescente;
- k) Direitos Humanos;
- l) Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- m) Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica.

Art. 81 – O concurso compreenderá três fases, objetiva, dissertativa e oral, sendo todas de caráter eliminatório e classificatório.

I – a primeira prova será composta por questões objetivas de múltipla escolha;

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



II – a segunda prova será composta por questões dissertativas e ao menos 02 (duas) peças judiciais, podendo ser desdobrada em duas etapas por previsão da Comissão;

III – a terceira prova será oral, sendo permitida consulta apenas à legislação oferecida pela Banca Examinadora.

Art. 82 – O Regulamento do concurso público exigirá dos candidatos os seguintes requisitos para provimento do cargo:

I – estar quite com o serviço militar;

II – estar no gozo dos direitos políticos;

III – gozar de boa saúde;

IV – ter 02 (dois) anos de prática profissional;

V – possuir registro na Ordem dos Advogados do Brasil.

§1º A previsão no inciso V e VI deste artigo aplica-se somente à Carreira de Defensor Público do Estado.

§2º A previsão no inciso VI se aplicará também aos cargos do Grupo Ocupacional Superior com graduação em Direito.

§3º Os candidatos proibidos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil comprovarão o registro até a posse no cargo de Defensor Público.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



§4º Os requisitos a serem exigidos em concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná serão definidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado quando da elaboração do edital do concurso, observando o Perfil Profissiográfico de cada cargo.

§5º Os Perfis Profissiográficos dos cargos e funções do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná deverão ser criados por ato do Defensor Público-Geral, após estudo e proposta sobre o tema, realizado pela Coordenadoria-Geral de Administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

§6º Caracterizará prática profissional para os fins do inciso V deste artigo, o exercício:

- a) da advocacia, por advogados e estagiários do Curso de Direito, nos termos dos artigos 1º e 3º, ambos da Lei Federal nº 8.906/94 e dos artigos 28 e 29 do Regulamento Geral do Estatuto de Advocacia;
- b) de estagiário credenciado na área da Assistência Judiciária da Defensoria Pública da União ou dos Estados, nos termos do artigo 145, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 80/94;
- c) na Defensoria Pública, no Ministério Público ou na Magistratura, na qualidade de membro;
- d) de estagiário do Curso de Direito, desde que devidamente credenciado junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público;



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



e) de estagiário do Curso de Direito devidamente credenciado na área pública, não inserido na situação prevista na letra "a", em razão de eventual permissivo legal específico;

f) de cargos, empregos ou funções exclusivas de Bacharel em Direito;

g) de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior público ou privado, que exijam a utilização de conhecimento jurídico;

§7º A comprovação do requisito previsto no inciso V deverá ser feita dentro do prazo a ser fixado pela Banca Examinadora, antes da realização da prova Oral, pelos candidatos a ela habilitados.

Art. 83 – Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido em edital.

Art. 84 – Durante o prazo de validade do concurso o Defensor Público-Geral do Estado nomeará, na ordem decrescente de classificação, tantos nomes de aprovados quantas forem as vagas a preencher.

Art. 85 – Aos aprovados no concurso público deverá ser ministrado curso oficial de preparação à carreira, objetivando o treinamento específico para o desempenho das funções técnico-jurídicas e noções de outras disciplinas necessárias à consecução dos princípios institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Seção III

Da Nomeação, da Lotação e da Distribuição

Art. 86 – Os cargos da Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná de categoria inicial serão providos em caráter efetivo, por nomeação do Governador Defensor Público-Geral do Estado, observando a ordem de classificação e o número de vagas existentes a serem preenchidas.

Art. 87 – O candidato aprovado poderá renunciar à convocação correspondente à sua classificação antecipadamente ou até o termo final do prazo de posse, caso em que, optando o renunciante, será deslocado para o último lugar da lista de classificados.

Art. 88 - Os Defensores Públicos do Estado serão lotados de acordo com as Seções Judiciárias do Estado do Paraná, previstas no Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná e os integrantes do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná serão lotados de acordo com as necessidades do serviço, e em ambos os casos priorizando-se as regiões com maior adensamento populacional e maiores índices de vulnerabilidade social, assegurado aos nomeados para os cargos iniciais o direito de escolha do órgão de atuação, observada a ordem de classificação final do concurso público.

§1º Salvo nas Seções Judiciárias que tiverem mais de 03 (três) Comarcas, deverão ser lotados ao menos 02 (dois) Defensores Públicos do Estado em cada uma das



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Seções Judiciárias do Estado do Paraná, e desses ao menos 01 (um) deverá ser lotado na sede da Seção Judiciária;

§2º Nas Seções Judiciárias que possuem mais de 03 (três) Comarcas, deverá haver ao menos 03 (três) Defensores Públicos do Estado em cada Seção Judiciária e pelo menos 01 (um) Defensor Público do Estado em cada Comarca;

§3º As lotações previstas neste artigo deverão, obrigatoriamente, priorizar as demandas das Varas da Infância e Juventude, Varas de Família, Varas Criminais e de Execução Penal.

Seção IV

Da Posse

Art. 89 – O candidato aprovado em concurso público para ingresso nas Carreiras da Defensoria Pública do Estado do Paraná é nomeado pelo Defensor Público-Geral do Estado, o qual dará posse aos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná para o cargo inicial da carreira pertinente.

Art. 90 – O prazo para posse dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná é de 20 (vinte) dias contados da publicação do ato de nomeação em órgão da imprensa oficial.